Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 210-A de 2007, do Sr. Regis de Oliveira, que "altera os artigos 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do ministério público"

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 210 DE 2007
(Do Senhor Regis de Oliveira e outros)**

Altera os artigos 95 e 128 da Constituição Federal para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do ministério público.

Autor: Deputado Regis de Oliveira
Relator: Deputado Laerte Bessa

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 210, de 2007, o seguinte artigo, remunerando-se os demais:

“Art. 3º O art. 39 passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º.

.....
§ 9º Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do art. 37, as parcelas de caráter indenizatório e o adicional por tempo de serviço, previsto em lei, até o limite de trinta e cinco por cento do valor da remuneração dos servidores públicos.”

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se a apresentação desta Emenda Aditiva, preliminarmente, pelo simples fato constitucional preconizado no artigo 5º da Constituição Federal, que assim diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes;”

O nobre colega parlamentar, deputado Regis de Oliveira, ao apresentar o seu projeto de Emenda Constitucional nº 210, de 2007, propondo a alteração dos artigos 95 e 128, objetiva excluir do teto remuneratório constitucional as parcelas de caráter indenizatório e o adicional por tempo de serviço, teve a preocupação de assim proceder em prol dos magistrados (juízes) conforme preconiza o artigo 95 e, em prol do Ministério Público (Ministério Público da União envolvendo o Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e, os Ministérios Públicos dos Estados), nos termos do art. 128. Talvez, por um lapso, aconteceu o esquecimento dos demais servidores públicos de que trata o artigo 39 da Constituição Federal. Com esta nossa proposta ficará viabilizado o entendimento isonômico entre os demais servidores públicos.

Portanto, senhores membros desta Comissão Especial, venho solicitar toda a atenção que se faz necessária para que os nobres colegas possam votar pela aprovação desta EMENDA ADITIVA, por entender ser de JUSTIÇA, pois, do contrário, estaremos cometendo um gravíssimo erro, por serem os servidores públicos merecedores desta minha proposta, principalmente pelo seu caráter isonômico constitucional.

Sala da Comissão, de de 2009.

Andreia Zito
Deputada Federal - PSDB/RJ